

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.491 - SP (2019/0321983-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **TRANSPORTADORA LIBERATO BAHIA LTDA**
ADVOGADOS : **EDUARDO ANTONIO DA CUNHA JUNIOR - SP201001**
José Roberto Colletti Júnior - SP497771
RECORRIDO : **BANCO BRADESCO CARTÕES S.A**
ADVOGADO : **ANDRÉ NIETO MOYA - SP235738**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO COM BASE NO VALOR DA CAUSA. OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS DO ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por TRANSPORTADORA LIBERATO BAHIA LTDA., com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fls. 242-243):

Apelação Cível. Ação de cobrança. Sentença que reconheceu a ocorrência de prescrição quinquenal. Inconformismo da autora. Débito de cartão de crédito. Dívida consolidada após o cancelamento do cartão, com vencimento antecipado das parcelas vincendas. Fatura que espelha valor líquido e certo. Prazo quinquenal, de acordo com o disposto no art. 206, § 5º, inciso I, do CC/2002. Ação ajuizada fora do quinquênio. Prescrição mantida. Redução dos honorários sucumbenciais. Valor da causa atualizado que se mostra excessivo. Arbitramento por critério equitativo nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil. Ação que teve pouca complexidade. Valor que se mostra compatível com as peculiaridades do caso e remunera condignamente o profissional. Decisão reformada somente em relação aos honorários. Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 274-278).

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 256-268), a recorrente alega violação dos arts. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta, em síntese, que os honorários advocatícios foram arbitrados de maneira equivocada, sem observar o que dispõe a lei processual.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 282-299).

O Tribunal de origem admitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 300-301).

Brevemente relatado, decido.

De plano, vale pontuar que o recurso em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3. aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Com relação aos honorários advocatícios, a Segunda Seção do STJ firmou o entendimento de que o juízo de equidade na fixação dos honorários advocatícios somente pode ser utilizado de forma subsidiária, quando ausentes quaisquer das hipóteses previstas no § 2º do art. 85 do CPC/2015.

Assinala-se que o CPC/2015 tornou a fixação dos honorários sucumbenciais mais objetiva, de modo que deverá ser adotada uma ordem de preferência, qual seja, o valor da condenação, quando esta estiver presente, o valor do proveito econômico obtido pelo vencedor, quando este puder ser constatado, ou o valor atualizado da causa. Assim, somente quando inviável a aplicação de algum desses parâmetros é que a verba sucumbencial será arbitrada segundo a apreciação equitativa do Magistrado.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no

CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp n. 1.746.072/PR, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Rel. para o acórdão Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019)

No caso dos autos, o Tribunal de origem consignou o seguinte (e-STJ, fls. 249-252):

Contudo, no tocante à redução dos honorários advocatícios de sucumbência, deve prosperar o recurso.

Com efeito, em que pese alegação do patrono da requerida de que a condenação em honorários atende à legislação em vigor, cabe

ressaltar que o Código de Processo Civil, em seu art. 85, § 2º, e incisos, estabelece que “os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos: I - o grau de zelo do profissional; II - o lugar de prestação do serviço; III - a natureza e a importância da causa; IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço”.

E, cabe observar, de outra parte, a atuação do nobre advogado da requerida foi pontual, e a ação, reconhecida a prescrição, não apresentou complexidade.

Por outro lado, tendo que à causa foi atribuído o valor de R\$ 220.880,55 (fl. 6), que atualizado para 16.12.2016 perfaz a quantia de R\$ 233.187,67, emana apanhado que o arbitramento de quantia dentro dos patamares de 10% a 20% representaria remuneração desproporcional ao trabalho realizado.

Assim, por equidade, possível a utilização dos critérios do § 8º do art. 85 do CPC/2015, remetendo o intérprete à utilização de critério equitativo na busca do valor mais justo em arbitramento, valendo-se das normas dos incisos I, II e III do § 2º do mesmo dispositivo legal.

(...)

Desta maneira, mais prudente o arbitramento da verba honorária em R\$5.000,00, quantia que remunera dignamente o trabalho realizado e se mostra mais compatível com a baixa complexidade da causa, a atuação pontual e o curto espaço de tempo entre a apresentação da contestação em 05.06.2018, e o arbitramento neste julgado.

Conforme é possível observar, o acórdão recorrido não está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, merecendo reforma nesse sentido.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para fixar os honorários advocatícios de sucumbência em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator